

política

Conselho Superior do MPF analisará caso Gonet dia 25

Menção a Paulo Gonet por Daniel Vorcaro integra relatório da PF

/ CASO MASTER

O Conselho Superior do Ministério Público Federal (MPF) marcou para 25 de setembro debate sobre o procedimento interno acerca das menções ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, em mensagens do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do antigo Banco Master.

O caso é relatado pelo subprocurador-geral da República, Francisco de Assis Sanseverino, um dos conselheiros, e foi aberto após representação de deputados do partido Novo. Eles pediram para Gonet ser afastado das investigações do caso Master.

O procurador-geral não responde a um processo administrativo, passível de punições. O conselho deverá se ater a discutir se a menção a Gonet em relatório da Polícia Federal (PF) compromete sua imparcialidade no caso Master.

Em defesa enviada na terça-feira, Gonet disse que pode afirmar, em termos bastante diretos e simples, que não tem “com o Sr. Daniel Vorcaro relação de amizade alguma, nem muito menos interesse pessoal nos processos em que ele conste como parte ou investigado.”

Lula cobra Supremo por perda de credibilidade

O presidente Lula (PT) afirmou nesta terça-feira que o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), indicado à corte por Jair Bolsonaro (PL), vazava trechos das investigações relatadas por ele conforme interesse próprio e sugeriu a abertura completa das informações.

“Aquilo que o André Mendonça tinha guardado como segredo de Estado e só soltando o que interessava a ele, agora pode ser aberto para toda a sociedade saber quem tava metido nisso. (Saber) por que o (Dias) Toffoli não votou, por que o Kássio (Nunes Marques) não votou, quem participou dessa trama do Vorcaro. Porque o Vorcaro é uma quadrilha que moveu muita gente de várias instâncias do Poder Judiciário e da classe política.”

A declaração de Lula foi dada em entrevista à Record, na qual foi



AGÊNCIA BRASIL

Procedimento avaliará se imparcialidade de titular da PGR foi abalada

Durante julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), também na terça, Gonet disse ter se encontrado com Vorcaro apenas uma vez, de forma brevíssima e banal, em decorrência da participação de um painel jurídico em Londres que tinha o Master entre os patrocinadores.

Na defesa ao Conselho Superior, Gonet disse que não tinha conhecimento prévio de quem eram os patrocinadores do evento. Gonet enfatiza ainda não ter sido encontrado no telefone de Vorcaro nenhum contato relativo a ele.

Os investigadores da Opera-

ção Compliance Zero, que apura a corrupção de agentes públicos e fraudes financeiras bilionárias supostamente praticadas por Vorcaro, apontam para menções a Gonet em conversas do ex-banqueiro com o ministro do STF Alexandre de Moraes.

Não podemos reverter isso com Paulo e Andrei, diz Vorcaro em uma das mensagens.

Para os delegados responsáveis pela Compliance Zero, tratam-se de Paulo Gonet e Andrei Rodrigues, diretor-geral da Polícia Federal. Gonet também aparece em conversas de Vorcaro com o advogado Ciro Soares.

questionado sobre a sessão realizada mais cedo pelos ministros do STF para decidir se abririam investigação contra Alexandre de Moraes, integrante da corte.

Relatório da Polícia Federal (PF) apontou o ministro como interlocutor do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro. O sigilo das mensagens entre Moraes e Vorcaro foi retirado por Mendonça.

Os ministros Dias Toffoli e Kássio Nunes Marques, citados por Lula na entrevista, se declararam impedidos de julgar o tema. Toffoli alegou motivações de “foro íntimo”, enquanto Kássio alegou conflito por ser presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O nome dos dois e de familiares também já apareceram no decorrer das investigações do caso Master.

“Chegamos a um momento determinante na história deste país. Não há ninguém que possa

fugir do julgamento quando tem suspeita ou acusação contra ele”, disse ainda. “A Suprema Corte precisa ser exemplo e não contribuir com a desconfiança da sociedade”, afirmou.

“O Fachin tem agora a faca e o queijo na mão para abrir tudo e saber quem fez o quê na Suprema Corte. E quem fez o quê tem que ser punido, julgado”, disse. “Não há como o povo brasileiro ficar vendo uma Suprema Corte perder credibilidade na sociedade. A instância máxima da justiça brasileira precisa ser exemplo, então que se apure com todo o rigor, abra-se o sigilo de telefone de todo mundo.”

A sessão foi encerrada sem decisão tomada, com pedido de vistas do ministro Flávio Dino e após uma série de bate-bocas e embates entre os ministros ao longo de mais de seis horas.

STF provocou mal-estar cívico na população, diz Cármen Lúcia

As declarações da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), durante a sessão de terça-feira repercutiram nas redes sociais com repetidas citações às suas manifestações.

Ao fazer uso da palavra, a ministra lamentou a exposição negativa da corte nas últimas semanas, em função das denúncias de envolvimento de magistrados do tribunal no caso do Banco Master.

“Estou nesta sessão, como talvez muitos de meus colegas, em estado de profunda consternação e tristeza. Hoje, um dos colegas me dizia se eu estava aborrecida com alguma coisa, mas eu disse que estava triste. Não apenas pelo tema que nos traz aqui, mas porque este Supremo Tribunal Federal, guarda da Constituição, por determinação nela expressa, provocou, acho, um mal-estar cívico em todas as cidadãs e cidadãos brasileiros nestes últimos dias”, afirmou a ministra.

Segundo Cármen Lúcia, houve uma espetacularização desse caso, o que fez grande mal à sociedade, que deveria estar discutindo os rumos do país em meio ao processo eleitoral.

“Poder Judiciário existe para tranquilizar o povo, e nós geramos intranquilidade, essa é a minha percepção. Inebriamos o sentimento de justiça da cidadania estes últimos dias”, apontou a ministra.

A sessão acabou sendo suspensa, após um pedido de vista do ministro Flávio Dino. Com isso, a análise do caso não tem data para

ser retomada.

O placar parcial do julgamento ficou em 4 votos a 3 a favor da análise separada sobre a conduta de Moraes e os atos praticados pelo então relator do caso Master, ministro André Mendonça, que encaminhou denúncias contra o colega e outras autoridades, incluindo o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

A própria ministra Cármen Lúcia acompanhou a decisão do presidente do STF, Edson Fachin, de votar em separado as denúncias contra Mendonça e Moraes.

O mesmo entendimento foi seguido pelos ministros Luiz Fux e pelo próprio Mendonça, formando a maioria parcial.

Já os votos pelo julgamento conjunto foram proferidos por Gilmar Mendes, formulador da questão de ordem, além de Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes. Como Dino pediu vista, sua posição a favor do julgamento em separado não foi considerada no placar.

Antes do voto de Cármen Lúcia, o ministro Luiz Fux também registrou a posição a favor do julgamento em separado das suspeitas envolvendo Moraes e Mendonça.

“Não há mais tênue conexão entre essas duas petições. Uma alega abuso de autoridade (de Mendonça) e outra alega atos supostamente ilícitos praticados por um membro dessa corte (Moraes). Uma coisa é abuso de autoridade, outra é essa investigação. Não há causas penais, não há processo criminal, não há inquérito”, disse o ministro.



AGÊNCIA BRASIL

‘Judiciário existe para tranquilizar o povo, e geramos intranquilidade’